



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Diário da Justiça Militar Eletrônico

Nº 163/2023 ANO XIV Divulgação: terça-feira, 05 de setembro de 2023 Publicação: quarta-feira, 06 de setembro de 2023
Desembargador Rúbio Paulino Coelho Presidente Desembargador Fernando A. N. Galvão da Rocha Vice-Presidente Desembargador Sócrates Edgard do Anjos Corregedor Giovani V. Mendes Sec.Esp.Presidência

PRESIDÊNCIA

ATO(S) DO PRESIDENTE

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 079/2018 celebrado entre o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG/PGJ, com a interveniência da Superintendência de Tecnologia da Informação - CNPJ: 20.971.057/0001-45

Objeto: Prorrogação de vigência do instrumento inicial, cujo objeto consiste na mútua cooperação entre o MPMG e o TRIBUNAL para implementação de um padrão para intercâmbio de informações eletrônicas entre as instituições, preferencialmente a partir do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), conforme estabelecido na Resolução Conjunta nº 3, de 16 de abril de 2013, entre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que institui o modelo nacional de interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Valor total: Não oneroso

Vigência: 06/09/2023 a 05/09/2028.

Assinatura: Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2022, celebrado entre o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e a empresa VIBRA ENERGIA S/A – CNPJ 34.274.233/0025-71.

Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para alteração do valor unitário do item gasolina automotiva comum, a partir de 18 de agosto de 2023, para R\$4,2557, tendo como base a Nota Técnica nº 12/SEPLAG/DCTR/ABASTECIMENTO/2023.

Valor total estimado do contrato: R\$68.091,20 (sessenta e oito mil noventa e um reais e vinte centavos).

Dotação Orçamentária: "1051 02 061 734 4355 0001", natureza econômica "339030", item de despesa "26", fonte de recursos "10", procedência "1".

Vigência do aditivo: 06/09/2023 a 01/12/2023

Assinatura: Belo Horizonte, 05 de setembro de 2023.

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2022, celebrado entre o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e a empresa VIBRA ENERGIA S/A – CNPJ 34.274.233/0025-71.

Objeto: Transferência da execução contratual para as filiais da CONTRATADA abaixo indicadas, quando responsáveis pelo fornecimento do combustível e emissão do respectivo documento fiscal: a) Montes Claros: 34.274.233/0294-29; b) Uberaba: 34.274.233/0374-48; c) Uberlândia: 34.274.233/0387-62 e d) Governador Valadares: 34.274.233/0208-04.

Vigência do aditivo: 06/09/2023 a 01/12/2023

Assinatura: Belo Horizonte, 05 de setembro de 2023.

DIÁRIAS DE VIAGEM

Beneficiário: Leonardo Henrique Vaz de Melo

Cargo: Coordenador de área

Matrícula: JME 0371-9

Destino: Porto Alegre/RS

Atividade: Participação no III Encontro Nacional de Laboratório de Inovação do Poder Judiciário

Período de afastamento: 17/09/2023 a 20/09/2023

Concessão de 3,5 (três e meia) diárias, nos termos da Portaria nº 541/2011

Beneficiário: Nathan Piezarolli Campos Salvador

Cargo: Oficial Judiciário

Matrícula: JME-1006-3

Destino: Porto Alegre/RS

Atividade: Participação no III Encontro Nacional de Laboratório de Inovação do Poder Judiciário

Período de afastamento: 17/09/2023 a 20/09/2023

Concessão de 3,5 (três e meia) diárias, nos termos da Portaria nº 541/2011

Deferindo a compensação de 02 (dois) dias decorrentes de créditos de plantão judicial, no período de 11/09/2023 a 12/09/2023, ao Desembargador Fernando José Armando Ribeiro, nos termos do § 3º do art. 123 da Lei Complementar n. 59/2001 c/c art. 12 da Resolução TJMMG n. 253/2021.

GERÊNCIA JUDICIÁRIA

PRIMEIRA CÂMARA
PARA CIÊNCIA DAS PARTES

- SESSÃO PRESENCIAL REMOTA - CONVOCAÇÃO/INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Presidente da Primeira Câmara do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Desembargador Fernando Galvão da Rocha, convoco os Exmos. Srs. Desembargadores, convido a Exma. Sra. Procuradora de Justiça e intimo as partes e seus advogados para a **Sessão Presencial REMOTA da Primeira Câmara, que será realizada por meio de videoconferência – plataforma zoom –, nos termos do art. 35-H do Regimento Interno, designada para o dia 26/09/2023 (terça-feira), às 14h.**

Para os participantes dos julgamentos será disponibilizado o *link* para acesso à sessão por videoconferência.

A sustentação oral deverá ser requerida até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para a realização da sessão, nos próprios autos, com a indicação do *e-mail* para o envio do *link* da sessão.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2023.

Diretor Judiciário: Eli Alvarenga

MATÉRIA CRIMINAL

APELAÇÃO

Processo eproc n. 0001179-12.2018.9.13.0003

Relator: Desembargador Fernando Galvão da Rocha

Revisor: Desembargador Fernando Armando Ribeiro

Apelante: Rodrigo de Freitas Machado

Advogado(a/s): Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo (OAB/MG 182068) e outro(a/s)

Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

APELAÇÃO

Processo eproc n. 0001119-05.2019.9.13.0003

Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Revisor: Desembargador Fernando Galvão da Rocha

Apelantes: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Bruno Freitas da Fonte (1)

Apelados: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Daniel Pereira Lopes (2)

Bruno Freitas da Fonte (1)

Carlos Henrique dos Santos (3)

Advogado(a/s): Daniel Rodrigo Fins de Oliveira Santos (OAB/MG 172793) e outros (1)

Carlos Galvão Neto (OAB/MG 106114) e outros (2)

Priscila Cunha Lobato Ozanan (OAB/MG 094163) (3)

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000644-84.2020.9.13.0001

Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Revisor: Desembargador Fernando Galvão da Rocha

Apelante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Apelados: Leonardo Zanon

Advogados: Carlos Galvão Neto (OAB/MG 106114) e outros

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000761-04.2022.9.13.0002

Relator: Desembargador Fernando Armando Ribeiro

Revisor: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Apelantes: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

R.L.O.S.A. (Assistente de acusação)

Advogada: Lorena Hermenegildo de Oliveira (OAB/MG 206957)

Apelado: D.T.P.

Advogado: Gustavo Nepomuceno Lopes (OAB/MG 156085)

MATÉRIA CÍVEL**APELAÇÃO**

Processo eproc n. 2000163-41.2022.9.13.0005

Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Apelante: Daniel Igor Mendonça

Advogado(a/s): Daniel Igor Mendonça (OAB/MG 096346)

Apelado: Estado de Minas Gerais

Procuradores do Estado: Alessandra Nogueira Nunes (OAB/MG 099278)

Nadja Arantes Grecco (OAB/MG 074786)

Max Galdino Pawlowski (OAB/MG 072144)

Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo eproc n. 2000109-56.2023.9.13.0000

Referência: Processo eproc n. 2000055-75.2023.9.13.0005

Relator: Desembargador Fernando Armando Ribeiro

Agravante: Philippus Antonius Rabelo dos Santos

Advogados: Jorge Vieira da Rocha (OAB/MG 145316) e outro

Agravado: Estado de Minas Gerais

Procuradores do Estado: Alessandra Nogueira Nunes (OAB/MG 099278)

Nadja Arantes Grecco (OAB/MG 074786)

Max Galdino Pawlowski (OAB/MG 072144)

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000085-47.2022.9.13.0005

Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Apelante: Marcos Antônio Alves de Lima

Advogado(a/s): Maria Catarina Dauare Pinho (OAB/MG 048908) e outro(a/s)

Apelado: Estado de Minas Gerais

Procuradores do Estado: Alessandra Nogueira Nunes (OAB/MG 099278)

Nadja Arantes Grecco (OAB/MG 074786)

Max Galdino Pawlowski (OAB/MG 072144)

**SEGUNDA CÂMARA
PARA CIÊNCIA DAS PARTES
ACÓRDÃOS****MATÉRIA CRIMINAL****AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

Processo eproc n. 2000494-98.2023.9.13.0001

Referência: Processo eproc n. 0001971-69.2018.9.13.0001

Relator: Desembargador Sócrates Edgard dos Anjos

Agravante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Agravado: Flávio Robert Moraes

Advogado(a/s): Antônio Vicente Coelho Campos (OAB/MG 091462) e outro(a/s)

Dispositivo do acórdão: acordam os desembargadores da Segunda Câmara, por unanimidade, em dar provimento ao presente recurso de agravo de execução penal interposto pelo Ministério Público, para reformar a decisão *primeva* que converteu a pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

EMENTA

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL – SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE IMPÔS A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO – TRÂNSITO EM JULGADO – POSTERIOR DECISÃO MONOCRÁTICA QUE ACOLHEU O PEDIDO DEFENSIVO E CONVERTEU A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITOS – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO CASTRENSE – RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

- É inaplicável às condenações por crimes militares a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, prevista no art. 44 do Código Penal, por ausência de previsão na legislação castrense.

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000082-75.2020.9.13.0001

Relator: Desembargador Sócrates Edgard dos Anjos
Revisor: Desembargador James Ferreira dos Santos
Apelantes: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
3º Sgt PM Walter Prates da Silva Júnior
Cb PM Paulo Alberto Santana Ferreira
Advogado: Alexandre Marques de Miranda (OAB/MG 112330)
Apelados: os mesmos

Dispositivo do acórdão: acordam os desembargadores da Segunda Câmara, por unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso de apelação interposto pela defesa do Sgt PM Walter Prates da Silva Júnior e do Cb PM Paulo Alberto Santana Ferreira, para declarar extinta a punibilidade pela incidência da prescrição retroativa, nos termos dos arts. 123, inciso IV, e 125, inciso VII, §1º, ambos do CPM, quanto ao crime previsto no art. 226 CPM.

Por unanimidade, acordam em negar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, para manter a absolvição do Sgt PM Walter Prates da Silva Júnior e do Cb PM Paulo Alberto Santana Ferreira em seus exatos termos, quanto ao crime previsto no art. 305 do CPM.

EMENTA

APELAÇÕES CRIMINAIS – RECURSO MINISTERIAL – CONCUSSÃO – ART. 305 DO CÓDIGO PENAL MILITAR – CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA A IMPOSIÇÃO DE UM DECRETO CONDENATÓRIO – MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO – IN DUBIO PRO REO – PROVIMENTO NEGADO AO RECURSO DEFENSIVO – VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – ART. 226 DO CÓDIGO PENAL MILITAR – PRELIMINAR ACOLHIDA – PRESCRIÇÃO RETROATIVA – ARTIGOS 123, INCISO IV, E 125, INCISO VII, §1º, AMBOS DO CÓDIGO PENAL MILITAR – DECLARADA A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO AO CRIME DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – CRIME DE CONCUSSÃO – MANUTENÇÃO DO FUNDAMENTO LEGAL QUE SUBSIDIU A ABSOLVIÇÃO DOS ACUSADOS – ART. 439, ALÍNEA “E”, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Processo eproc n. 2000573-74.2023.9.13.0002

Relator: Desembargador Sócrates Edgard dos Anjos

Recorrente: William José Alves

Advogado(a/s): Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo (OAB/MG 182068) e outro(a/s)

Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Dispositivo do acórdão: acordam os desembargadores da Segunda Câmara, por unanimidade, em não conhecer do recurso.

EMENTA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – DECISÃO QUE INDEFERIU OS PEDIDOS DE DILIGÊNCIAS E REVISÃO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO IMPOSTA AO RECORRENTE – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – ROL TAXATIVO DO ART. 581 DO CPP – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- O art. 516 do CPPM estabelece rol taxativo das decisões passíveis de impugnação através do recurso em sentido estrito, não se amoldando a do presente caso a quaisquer destas, razão pela qual o não conhecimento é medida que se impõe.

AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Período: 28/08 a 3/09/2023

Data Distribuição: 29/08/2023

Órgão Julgador: Segunda Câmara

Matéria: Criminal

Classe: Apelação Criminal

Processo n. 2000847-03.2021.9.13.0004

Relator: Desembargador SOCRATES EDGARD DOS ANJOS

Apelante: ADILSON RODRIGUES DA SILVA

Advogados: ADIRSON ANTONIO GLORIO DE RAMOS (OAB/MG165706) e outros

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Data Distribuição: 29/08/2023

Órgão Julgador: Primeira Câmara

Matéria: Criminal

Classe: Agravo de Execução Penal (Câmara)

Processo n. 2000690-05.2022.9.13.0001

Relator: Desembargador FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO

Agravante: BRUNO FELIPE PACHECO SILVERIO

Advogados: BERLINQUE ANTONIO MONTEIRO CANTELMO (OAB/MG182068) e outros

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Data Distribuição: 30/08/2023

Órgão Julgador: Primeira Câmara

Matéria: Cível

Classe: Apelação cível

Processo n. 2000087-17.2022.9.13.0005

Relator: Desembargador FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO

Apelante: ARTHUR MANOEL JARDIM BOUSSADA

Advogados: TATIANY RIBEIRO PEIXOTO (OAB/MG134473) e outros

Apelado: ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradores: NADJA ARANTES GRECCO e outros

Data Distribuição: 30/08/2023

Órgão Julgador: Pleno

Matéria: Cível

Classe: Mandado de Segurança Cível (Pleno)

Processo n. 2000146-83.2023.9.13.0000

Relator: Desembargador OSMAR DUARTE MARCELINO

Impetrante: C.F.C.;

Advogado(a): LETICIA MARIA SILVA FIUZA (OAB/MG174418)

Impetrado: P.T.J.M.M.G.;

Data Distribuição: 31/08/2023

Órgão Julgador: Primeira Câmara

Matéria: Criminal

Classe: Habeas Corpus (Competência: Câmara)

Processo n. 2000147-68.2023.9.13.0000

Relator: Desembargador OSMAR DUARTE MARCELINO

Impetrante: TUFIH ABRAHAM ZAMBLUTE NETO

Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS - JUIZ DE FORA

Data Distribuição: 31/08/2023

Órgão Julgador: Segunda Câmara

Matéria: Criminal

Classe: Apelação Criminal

Processo n. 2000848-85.2021.9.13.0004

Relator: Desembargador JAMES FERREIRA SANTOS

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Apelado: DELAINE RIBEIRO

Advogado(a): VALMIR SIDNEI DE CARVALHO (OAB/MG149675)

ATENÇÃO: para os processos eletrônicos essa publicação é apenas de caráter informativo